

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 885 - de 24 de junho a 8 de julho de 2021



19j: Para barrar a matança do povo e a destruição do país, as ruas voltam a ser ocupadas: **Novas manifestações estão marcadas para 24 de julho**

PARTIDO

A questão da Constituinte deve ser colocada

pág.4

DÍLOGO E AÇÃO PETISTA

Plenária Nacional para fortalecer a luta

pág.5

HISTÓRIA

80 anos da invasão da URSS

pág.9

INTERNACIONAL

Pedro Castillo foi eleito, deve ser empossado!

pág.11

“Empurra que ele cai!”

Milhares de jovens nas ruas reafirmam: Fora Genocida!

Os atos de 19 de junho foram maiores que os de 29 de maio. Eles também foram marcados pela presença de centenas de milhares de jovens nos mais de 400 atos pelo Brasil a fora. Com energia, animação e rebeldia solta nas ruas, a juventude trouxe a sua voz em cartazes, faixas e gritos de guerra. A Juventude Revolução do PT, por exemplo, entoava “Sem hipocrisia, o Bolsonaro mata mais que a pandemia!”. Algo bem real, pois o ato coincidiu com a triste marca de 500 mil mortos pela Covid.

Os protestos apontaram claramente em comum um responsável: Bolsonaro, o genocida, com seu governo de generais, a serviço dos grandes capitalistas. Esse governo criou obstáculos para a compra da vacina, deixou vencer milhões de testes e cortou verbas da educação, além de fazer privatizações e reduzir o auxílio emergencial. Ele cria o caos, violência e fome para o povo, mas garante maiores lucros para as grandes empresas.

O desemprego aumentou muito, sobretudo entre os jovens. Cansados de esperar e vendo suas famílias na miséria com um auxílio a conta gotas de 150 reais, milhares buscam as ruas como única forma de derrubar esse governo. O panfleto distribuído pelos núcleos da JRdoPT expressou de uma forma essa indignação, dizendo: “Chega de autoritarismo, de descaso com a pandemia e ataques à educação, saúde, direitos e liberdades democráticas. Ocupamos as ruas porque o governo é pior que o vírus”. Uma apreciação em sintonia com diversas explosões que ocorrem na América Latina contra vários governos antipopulares.

Preparando com mobilização e agitação

A JR animou a preparação dos atos com reuniões, atividades e panfletagens.

Em Brasília, por exemplo, 42 jovens participaram de uma reunião sobre o tema “porque ir às ruas no 19J”. Vários deles que tinham interesse no ato, viram a divulgação da reunião da JR no Instagram, e compareceram. Uma estudante que marcou presença afirmou: “estou cansada de ver coisa na rede social e só reclamar, tem muita gente cansada, precisamos transformar a raiva em gás, estou emocionada de estar aqui”. Depois da reunião o núcleo realizou panfletagem numa praça da periferia onde vários jovens se encontram pra bater uma bola ou trocar uma ideia. Ali, os jovens, sobretudo os negros, estão sob constante ameaça da violência da polícia, que Bolsonaro alimenta. Esse sentimento de sufocamento pela



Confecção de camisas e bandeiras para o ato em Anápolis-GO



Coluna agitada com baterias e megafones no ato em Brasília

política do governo levou muitos às ruas. Uma jovem deu seu recado no microfone em Brasília: “o povo preto quer viver, a gente vivia genocídio no tempo colonial, e agora tá vivendo de novo, chega disso, fora Bolsonaro”!

Em Alagoas, outro exemplo, para animar o ato, a JR confeccionou um cancionero para distribuir os gritos de guerra: “o preço da comida não para de subir, ei, Bolsonaro eu vou fazer você cair”, ou ainda, “é por vacina no SUS, por teto e por comida, o povo tá na rua pra tirar o genocida”, dentre outros.

Em diversas outras cidades houve arrecadação independente para comprar baterias e megafones, confeccionar bandeiras e adesivos, garantir transporte da galera, como no caso de Ocidental (GO), de onde o grupo de jovens viajou 50 km para estar no ato em Brasília. Anápolis (GO) foi outra das cidades onde a JR ampliou em relação a maio. Ali, jovens que foram às ruas pela primeira vez, confeccionaram camisetas e bandeiras com estêncil e pintaram suas cartolinas. Outros jovens ajudaram como puderam, com vídeos de divulgação e doação de material.

Em Cuiabá (MT), a coluna da JR no ato atraiu vários jovens que no final participaram de reunião para discutir como seguir na luta.

Seguir lutando nas ruas!

O movimento voltará às ruas dia 24 de julho. Daqui até lá muito pode ser feito nos bairros e escolas, com grupos culturais, pastorais e outros, para arrastar uma massa de jovens e ampliar a resistência contra esse governo.

Dá pra realizar reuniões abertas, panfletagens, colagem de cartazes, manifestações locais e eventos

culturais nas praças. Na perspectiva de ampliar o movimento, é possível discutir exigências aos governos que respondam a crise que é pesada, sobretudo sobre os jovens, e daí fortalecer o grito de Fora Genocida. É por aí que se pode ampliar o movimento e ajudá-lo a ser vitorioso evitando desvios de percurso, como o que apareceu na fala de uma jovem representante do PCdoB no ato de Brasília. Ela disse que “é preciso ampliar, na luta contra o fascismo cabe todo mundo”. Mas calma lá, fala-se em frente ampla para incluir o MBL que é pelo impeachment de Bolsonaro mas que ajuda a destruir nossos direitos, e também figurões do tipo de Rodrigo Maia? O sentimento das ruas não é o de buscar aliados “por cima”, entre os golpistas do centro e da direita, nem de ficar esperando a sucessão institucional em 2022. Afinal, no Congresso Nacional estão arquivados mais de 100 pedidos de impeachment.

Na plenária nacional de

organização do 19J algumas lideranças disseram “esperar que a ‘unidade’ das organizações que está na rua se expresse nas próximas eleições”, como a melhor forma de deter o genocida. Nada de errado em discutir uma unidade de luta de quem está na rua, no terreno eleitoral, mas não dá pra esperar outubro de 2022 pra resolver o problema. O jeito é não sair da rua até tirar o governo genocida. As centenas de milhares que ocuparam as ruas apontam um caminho, mostram que é possível reverter esse quadro. Só a luta nas ruas pode realmente abrir caminho para um futuro digno com emprego, saúde, educação, cultura e lazer a todos os jovens.

Essa bandeira deve ser erguida por uma organização autônoma de juventude, que não pede licença pra ir à luta, enfrenta o sistema podre, e mobiliza a massa de jovens em cada bairro nos quatro cantos do país. É ao que a JR se propõe.

Katrina

FACE AO DESEMPREGO: RUA!

Aumentou o número dos “nem-nem”, os jovens que nem estudam nem trabalham. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas e o recém lançado Atlas da Juventude mostrou que a juventude, de 15 a 29 anos, é a mais afetada economicamente pela crise sanitária.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o índice de desocupação entre jovens, que já era alto, saltou de 49% para 56%. Ao mesmo tempo que o Brasil alcança o ápice do chamado bônus demográfico - aumento da proporção da população em idade de trabalhar -, também bate recorde na proporção de jovens que estão em situação daqueles que não estudam nem trabalham. Segundo os dados, o índice de “nem-nem” é de 27,1% entre os jovens. 70% dos jovens ainda relatam que enfrentam dificuldades em encontrar trabalho.

Olhando essa situação, não é à toa que os jovens vão à luta, buscam resistir na crise, e são a parte mais expressiva do movimento que tomou as ruas em maio e junho.

Eles exigem o fim do governo genocida que ameaça o futuro dos jovens, para terem acesso à educação presencial com condições sanitárias, ao auxílio emergencial, a bolsas estudantis e a mais vagas de emprego.

Depois do 19J, uma nova situação se abre

O 19 de junho demonstrou que as manifestações pelo fim imediato do governo Bolsonaro crescem em todo o país (ver página 7). Elas se produziram em mais cidades do que as ocorridas em 29 de maio, foram ainda maiores em várias capitais, incorporando, para além da juventude sempre presente, mais setores populares, pressionando organizações e sindicatos a delas participarem, num processo sem volta que traduz a vontade majoritária do povo brasileiro de botar um fim, agora e já, ao governo Bolsonaro, pois “ninguém aguenta mais”.

E não dá mesmo para aguentar um presidente que pisoteia e debocha do povo submetendo-o à fome, à Covid-19 e ao desemprego, enquanto protege seus familiares e milicianos, afaga as Forças Armadas com cargos e privilégios – sendo respaldado por generais nostálgicos da ditadura – e conta com a maioria de um Congresso reacionário para impedir o seu afastamento, apesar dos incontáveis crimes de responsabilidade por ele cometido desde o início de seu nefasto mandato.

Um Congresso que acaba de privatizar a Eletrobras (ver página 6), que avança sobre os direitos dos povos indígenas, que se locupleta com os bilhões do orçamento secreto, além das emendas do orçamento oficial, cujo presidente da Câmara, Lira, diz que

continuará sentado em cima de mais de 100 pedidos de impeachment.

Sim, o governo Bolsonaro é pior que o vírus, por isso as ruas são retomadas por centenas de milhares de manifestantes em todo o país. Tal como nos países vizinhos Chile, Peru e Colômbia (ver páginas 11 e 12), o povo trabalhador vai se dando conta que o problema não é só o governo de plantão, por mais desqualificado que ele seja, mas das instituições que o geraram e que o sustentam.

FORA BOLSONARO E SEUS GENERAIS

É por isso que na luta contra governos de direita e pró-imperialistas, como os de Piñera no Chile, de Duque na Colômbia, na luta para impor a vontade popular que elegeu Pedro Castillo contra o fujimorismo no Peru, naturalmente surge, desde as massas, a exigência da Constituinte Soberana que possibilite reconstruir a nação de acordo com os interesses de sua maioria explorada e oprimida, o que exige a ruptura com o

imperialismo. Também no Brasil está chegando a hora de dar a palavra ao povo, que é quem pode salvar a nação da destruição e reconstruí-la de acordo com seus interesses!

O primeiro passo nessa direção é botar para fora o governo Bolsonaro e seus generais, este é o grito que vem das ruas neste momento de retomada da luta de massas. Agora e já, e não esperar o dia 3 outubro de 2022 para derrotar Bolsonaro nas urnas. Como estará o Brasil até lá, dado o grau de destruição que já vivemos?

O que fará o tresloucado ex-capitão, senão tentar realizar a sua vocação golpista, apoiando-se nos milicos e nos setores mais podres da sociedade, o que inclui empresários inescrupulosos que apoiam, através de seus partidos, a política entreguista e pró-mercado do ministro Paulo Guedes, as privatizações e o desmonte dos serviços públicos, inclusive do SUS, em plena pandemia, como pretende a reforma administrativa?

É nesse quadro que o Diálogo e Ação Petista vai realizar a sua 2ª Plenária Nacional no próximo dia 3 de julho (ver página 5), inclusive como instrumento de preparação de novas e ainda maiores manifestações pelo fim desse governo, como a que agora se convoca para 24 de julho. À luta companheiros, nem um dia a mais para Bolsonaro e seus generais!

NOTAS

Conflitos aumentam no mundo todo

O Instituto para a Economia e Paz publicou um estudo onde monitorou conflitos sociais em mais de 163 países desde o início do ano passado até abril desse ano. O resultado é que há mais de 10 conflitos por dia no mundo.

Apenas no ano passado o instituto registrou 50 mil episódios como manifestações, batalhas, confrontos civis com forças de segurança, guerras e outros tipos de distúrbios no mundo todo.

Serge Stroobants, diretor do Instituto, constatou ao comentar o relatório no Estadão que muitos desses protestos estão ligados diretamente à contestação das medidas de restrições das liberdades ou à resposta negligente dos governos em relação à pandemia.

Pandemia acelera contradições anteriores

“A covid-19 colocou uma lupa em problemas que não foram solucionados nos últimos dez anos e multiplicou esses fatores”, afirmou Stroobants. Na verdade os problemas vêm de muito antes, mas o fato é que há um aceleração nas contradições.

Por exemplo, o último relatório anual da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estimou que só na América Latina

o número de pobres alcançou 209 milhões de seres humanos no final de 2020. São 22 milhões a mais do que em 2019. O índice de pobreza extrema alcançou o maior patamar dos últimos 20 anos, segundo os dados da CEPAL. 12,5% da população da América Latina está nessa condição e outros 33,7% na pobreza. É essa situação insuportável que alimenta a revolta popular que explodiu em meio à pandemia no Chile, Paraguai, Colômbia e Peru.

Recorde de refugiados

No mundo todo 82,4 milhões de pessoas fugiram das guerras e da fome em 2020. São 4% a mais do que em 2019, é o maior número já registrado pela Agência da ONU para Refugiados. A informação consta de relatório publicado pela agência no último dia 18. São milhares que muitas vezes vão parar em campos de detenção como os da Turquia, Grécia (Lesbos), ou na fronteira dos EUA com o México, nas mais precárias condições.

Este é o produto do aumento da pobreza no mundo todo e da eternização dos conflitos armados e outros que se iniciaram em 2020 na Etiópia, Sudão, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger, Chade, Síria, Moçambique, Iêmen, Iraque, Afeganistão e outros países.

Memória

ESTADO DE ISRAEL ATACA PALESTINOS E LIBANESES

Com mil soldados israelenses, apoiados por 500 tanques de guerra, e por forças aeronavais, continuam promovendo a chacina do povo árabe palestino e libanês no Sul do Líbano e em Beirute, capital do país. (...) O ataque israelense, denominado cinicamente de “Paz para a Galileia” pelo sanguinário primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, tem um objetivo: dizimar o povo palestino, que foi expulso pelo imperialismo do território da Palestina (onde hoje está o Estado de Israel) em 1948 (...). Ao lado do povo palestino estão os trabalhadores e jovens de todo o mundo, como mostram as manifestações de solidariedade à sua luta, inclusive dentro do próprio Estado de Israel.

O Trabalho nº 157 – 24/6/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Só o povo salva o povo!

Por que manifestantes saem às ruas contra Bolsonaro apesar da Covid



Coluna do Diálogo e Ação Petista em 19J na Paulista

No maior ato pelo “Fora Bolsonaro”, dia 19 na avenida Paulista, a presença do PT foi um pouco maior. Sem Lula no palanque, o orador do partido foi o ex-candidato a presidente, Haddad. Ele disse, e a mídia registrou, que “só o impeachment vai salvar a democracia”. Será?

Um impeachment poria na presidência o vice general Mourão. Isso é democracia? Na verdade, isso é funcionamento das desacreditadas instituições atuais.

A Campanha Fora Bolsonaro não convocou o povo pelo impeachment nos dois primeiros atos de rua. A massa não veio por essa razão, veio pelo Fora Bolsonaro, por Vacina e por R\$ 600. Veio contra a fome, a carestia e o desemprego. Impeachment foi o tema de dezenas de atos virtuais e manifestos que deram em nada. Nos preocupa que agora o PT e a própria convocatória do terceiro ato para 24 de julho voltem a focar no impeachment.

Afinal, quem acredita que Artur Lira (PP), o presidente da Câmara - que tem poder para isso -, vai instalar o impeachment? Como fez Cunha (MDB) contra a então presidente Dilma. Quem acredita que Rodrigo Pacheco (DEM), o presidente do Senado - que tem poder para isso -, vai depois presidir o julgamento do impeachment? Como fez Renan Calheiros (MDB) contra uma mulher honesta, Dilma.

Nós não acreditamos em Papai Noel. E notamos que os líderes golpistas não veem aos atos.

O povo viu este Congresso Nacional reacionário votar as contra reformas trabalhista e previdenciária, o teto de gastos, e, agora, a privatização da Eletrobras. Estamos vendo o Congresso preparar, em benefício próprio, uma ampla reforma eleitoral, como se fosse uma Constituinte, mas

sem mandato e consulta popular.

Da maioria reacionária do Congresso do “Centrão” é improvável sair a solução. O povo não espera daí uma saída política. O imperialismo de Biden não está interessado, tampouco os bancos, os latifundiários e grandes empresários que estão tendo grandes lucros. As milícias e as máfias do Estado também não querem mexer nada. No momento, todos eles não querem precipitar nada, querem seguir até 2022.

Todos podem ver o circo da CPI da Pandemia no Senado. Tem trapezista, palhaço e bailarina, tem discurso, demagogia e mentira, mas não tem medida prática. Os mortos continuam mortos, as vacinas estão em falta, assim como os testes. Mas ninguém é punido.

Tutela militar, o nó da República

O ponto alto do espetáculo foi o depoimento de Pazuello, o general da ativa ex-ministro da Saúde que mentiu várias vezes. Ele subiu no palanque do presidente contra o regulamento do Exército. Instalado inquérito, ele foi absolvido pelo comandante da arma, absolvido “com louvor”, pode-se dizer, pois ganhou um cargo no Palácio do Planalto!

O comportamento militar mostra quem manda. Está aí o nó: a tutela militar sobre a República. E não é de hoje na história do Brasil, vem desde o golpe militar da “proclamação” da República. E nunca houve uma Constituinte Soberana e Democrática no país. O nó foi contornado pelo PT nos 13 anos de governo. Até se prestigiu o Exército com a missão de ocupação do Haiti.

Na Constituição de 1988, a tutela está no artigo 142 que diz que as Forças Armadas, “a pedido” de um dos três poderes, serão acionadas para

garantir a lei e a ordem. Uma aberração, pois na democracia deveriam defender a soberania nacional, não a ordem interna.

Bolsonaro quer se alçar a um poder autoritário, bonapartista, por cima das instituições. Ele tem uma base antiga nas PMs, mas a aventura depende de arrastar os generais deste Exército, cuja tradição autoritária é de “poder moderador” acima dos demais poderes, também de tipo bonapartista. Eles podem se chocar aqui e ali, mas se completam na escalada autoritária em curso.

No Dia do Exército (19 de abril), Bolsonaro discursou à cúpula militar: “Passa por vocês. Vocês é que decidem em qualquer país do mundo, como aquele povo vai viver”. No seu “mundo”, quem decide são os generais de Bolsonaro!

Fora Bolsonaro é Abaixo o Governo

Foi contra o governo dos generais que o povo saiu às ruas, sem pedir autorização a ninguém. Saiu apesar da pandemia, mas também da campanha pelo “fique em casa” de muitas lideranças.

Primeiro, a juventude começou a sair, de forma real mas ainda limitada pelas lideranças sindicais e políticas pouco ou nada engajadas. Muitas delas estavam até ontem pregando a arrecadação de alimentos - o que não é tarefa de partido nem central sindical -, ao invés de exigir cestas básicas dos governos. Muitas lideranças da Oposição (PSOL, PCdoB e PT) e de movimentos e centrais (MST, CUT, Força, CTB, CSP) estão paralisadas. Ou esperam as eleições de outubro de 2022, ou condicionam a mobilização à vacinação da maioria.

Falando claro: até dia 18, véspera do último ato, as centrais sindicais “mobilizavam” pela sua “agenda legislativa”, a qual propõe aos três

poderes - com Bolsonaro, portanto! - formarem um “Comitê gestor da crise” num tipo de união nacional. Isso tem que mudar. Todos juntos para pôr abaixo o governo, já!

Esperar um ano e meio, é dar um ano e meio para Bolsonaro preparar uma eleição mais trapaceada que a de 2018. Se é que não prepara um autogolpe. A coisa é séria. Ele subiu o tom, tenta confundir o povo sobre o “voto impresso”. Em choque com o Judiciário, agora abriu guerra com o Tribunal Superior Eleitoral denunciando fraude em 2018 e até em 2014... enquanto faz campanha ilegal com camiseta Bolsonaro 2022!!!

Bolsonaro excita a desconfiança popular, lucra com a passividade da Oposição e, na condição de derrotado por Lula nas pesquisas, joga no caos para se impor.

Mas dá prá ganhar o jogo. Se se mobilizar realmente o povo - inclusive com paralisações - pelo Fora Bolsonaro, para reverter as contrarreformas, pelo emprego, pelas verbas para a educação e a saúde, pela reforma agrária, o fim da pilhagem da Amazônia, pela reforma radical do Estado de cabo a rabo, através de uma Constituinte Soberana, com um governo digno do povo, e Lula Livre na cabeça.

Markus Sokol

A QUESTÃO MILITAR NO DIRETÓRIO

É bom que o Diretório Nacional do PT reunido no dia 14, nas palavras da presidente Gleisi, considere “um consenso a tutela militar”. Melhor ainda que Lula tenha dito que “reforma militar pressupõe a reforma política do Estado, portanto, uma Constituinte”.

O debate sobre uma Constituinte Soberana efetivamente se abre à medida que o povo sai às ruas. Como alguns dirigentes reconhecem, é preciso enfrentar o bonapartismo que está aí. O Diálogo e Ação Petista se congratula que a discussão tome efetivamente este rumo.

Agora, para chegar na Constituinte não basta “eleger uma bancada de deputados de esquerda maior”, como Lula disse, pois, lembrou outro dirigente, nesse Congresso a esquerda nunca terá a maioria, muito menos em 2022 com as regras atuais.

A questão, então, é como dar a palavra ao povo, como o PT pode alavancar uma luta democrática radical onde o povo por seu próprio movimento sepulte estas instituições carcomidas. É o que hoje mesmo estão tentando fazer por vários caminhos os povos no Chile e Peru. Aprendamos com a experiência.



A VOZ QUE VEM DAS RUAS! FORA COM O GOVERNO BOLSONARO JÁ!

Todos e todas à Plenária nacional do DAP no dia 3 de julho

Companheiras e companheiros, as grandes e seguidas manifestações em todo o país reafirmam o grito vindo das ruas: Ninguém aguenta mais Bolsonaro e seus generais!

São centenas de milhares, nas capitais e inúmeras cidades do interior, de homens e mulheres, jovens, trabalhadores, povo oprimido, juntamente com suas organizações ou mesmo de forma espontânea, que ocupam praças, avenidas e ruas do Brasil a uma só voz: Fora Bolsonaro! Vacina no braço e comida no prato!

A militância do Diálogo e Ação Petista-DAP está e estará sempre presente, como no próximo 24 de julho, com nossas colunas, faixas, pirulitos e palavras de ordem – despejo zero, tabelamento de preços, tagagem em massa, contra as privatizações e a reforma administrativa – nas mobilizações de nosso povo.

Para o DAP somente o povo liberta o povo e por isso as mobilizações não devem parar. Ao contrário, devem se

somar a outras tantas ações do povo trabalhador, como paralisações e mesmo uma greve geral, até que o governo genocida de mais de 500 mil brasileiros e brasileiras seja expulso do Palácio do Planalto.

Sim, a saída política virá da mobilização popular, pois ninguém pode acreditar que o atual Congresso reacionário, que acabou de privatizar a Eletrobrás e que aplica cotidianamente medidas a favor dos grandes empresários nacionais e estrangeiros contra os interesses do povo, vai votar o “impeachment” do renegado que ajudou a eleger.

Nós do DAP acreditamos que só o povo nas ruas conseguirá por fim ao atual desgoverno de fome, desemprego, pandemia e morte. Não é hora de ficar sentado esperando outubro de 2022 para derrotar Bolsonaro nas urnas, enquanto o ex-capitão, apoiado por empresários, milicianos, policiais, fanáticos religiosos e generais, multiplica provocações e não esconde a

sua vontade golpista.

A luta é aqui e agora, com o povo. O DAP não tem ilusões nas atuais instituições apodrecidas, por isso mesmo ajudou o PT, em seu 6º congresso, a levantar a bandeira da Constituinte Soberana necessária para reconstruir a Nação de acordo com os interesses do povo brasileiro, explorado e oprimido.

Convidamos a todos e todas militantes do DAP a aprofundar essa discussão na nossa Plenária Nacional de 3 de julho, preparando-a nos núcleos de base e nas coordenações estaduais, associando mais petistas a “agir como o PT agia”, inclusive para liberar Lula de todas as chicanas judiciais de que ele foi vítima (“Lula Livre”) e punir os responsáveis por elas.

Temos um encontro marcado em 3 de julho. É hora de fortalecer a mais ampla unidade para arrancar JÁ Bolsonaro e sua quadrilha do poder e abrir a via da democracia e da soberania nacional para o Brasil.

Programa da Plenária Nacional do DAP 03/07

☎ **16h:** Abertura - Mesa internacional: coordenação Julio Turra, saudações de Erwin Salázar, dirigente da CGTP do Peru e de um militante da causa Palestina

☎ **16h30:** Mesa sobre situação nacional: coordenação Luís Eduardo Greenhalgh, com intervenções de abertura do debate de José Genoíno (ex-presidente do PT) e Markus Sokol (pelo Comitê Nacional do DAP)

☎ **17h às 18h30:** intervenções do plenário

☎ **18h30 às 19h:** Adoção de propostas e encerramento, coordenação de Luís Eduardo Greenhalgh

Faça sua inscrição
<http://bit.ly/pndap2021>

MILITANTES DO DAP DÃO SEU RECADO



“Olá, tenho 20 anos, sou estudante de Biblioteconomia e atualmente estagiária da prefeitura de Belo Horizonte. Participei do ato que ocorreu no

dia 29 de maio juntamente com o DAP, com a exigência geral de #forabolsonaro e também pelo pedido da vacinação em massa. Foi muito emocionante já que tinha bastante tempo que não ocorria nenhuma manifestação grande em razão da pandemia. Utilizamos pirulitos com reivindicações muito importantes de causas que estão sendo negligenciadas nesse governo genocida. A segurança foi levada muito a sério, os manifestantes estavam usando máscaras e também distribuindo, o distanciamento também foi levado em consideração. É de extrema importância que a classe trabalhadora e também os estudantes se organizem

cada vez mais para conquistar seus direitos que estão sendo negligenciados e retirados por esse governo. Um governo que mata e que já matou 500 mil pessoas que poderiam ter sido vacinadas e salvas. Por isso o grito é geral de #forabolsonaro genocida.

Bia Bueker- Belo Horizonte-MG



na região e da pressão da política do “fique em casa” das direções, a atividade regional deliberada foi a realização de um ato virtual unificado, e em cada município as entidades veriam as suas possibilidades. Em Russas, conseguimos realizar uma blitz na principal avenida da cidade. No dia 29 de maio, ousamos e realizamos uma

“Na preparação do 1º de maio regional, nós do DAP já defendíamos a necessidade do retorno às ruas. Diante do cenário de alta nos casos de Covid

Tribuna Livre em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao lado do Mercado Novo. No dia 19 de junho, diante da repercussão dos atos do dia 29 de maio, que conseguiu romper a trava da política do “fique em casa”, o cenário foi mais favorável, com realização de atos presenciais em quatro cidades da região. Um elemento importante que contribuiu para a ação do DAP da região nas manifestações foi a regularização das nossas reuniões. Agora é organizar a participação do nosso grupo na Plenária Nacional de 3 de julho.

Professor Rômulo Jerri- Russas-CE



“Vivemos um momento conturbado no cenário político e social do Brasil. Do meio ambiente às políticas sociais é só destruição. Mais de 500 mil mortes e Bolsonaro e seus comparsas

debocham. Diante disso, o povo não poderia mais se calar.

Em Vitória da Conquista, o movimento foi ganhando fôlego. No dia 29 de maio, conseguimos nos manifestar na rua, mas ainda um pouco amedrontados diante do medo do contágio do vírus.

Mas a consciência de que o governo genocida de Bolsonaro é mais letal que o próprio vírus levou as pessoas a saírem às ruas.

No ato de 19 de junho, o grupo de base do DAP esteve presente levantando sua faixa e pirulitos, exigindo o fora Bolsonaro, vacina para todos, tagagem em massa, auxílio emergencial.

Minha categoria de educadores esteve lá juntamente com a juventude, movimentos sociais, sindicatos, partidos e independentes.

Dia muito importante na luta pelo fim desse governo genocida.

Deixamos nosso recado: Ninguém aguenta mais! Fora Bolsonaro e seus generais!

Viviane Almeida Gama- Vitória da Conquista-BA

Reforma Administrativa avança e cresce a mobilização!

Sindicatos de servidores irão ao 24 de julho e discutem dia de greve

Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJD) da Câmara dos Deputados, a PEC 32/2020 da reforma administrativa será tema de audiências públicas na Comissão Especial que trata do projeto. Elas começaram em 22 de junho e vão até 19 de agosto.

A PEC 32 acaba com os concursos públicos e a estabilidade do servidor, abrindo a via para que os serviços públicos sejam prestados por empresas privadas através das Organizações Sociais (OSs) ou de "vouchers" (crédito dado às pessoas para que "comprem" os serviços), como defende o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ficam de fora da contrarreforma a magistratura, procuradores, parlamentares e militares.

Se por um lado cresce a consciência do que representa a PEC 32 para os serviços públicos e os servidores,



Brasília, dia 19 de junho

cresce também o sentimento de que é preciso unidade para derrotá-la a partir de iniciativas tomadas pela CNTE, Condsef, Confetam, CNTSS e Fenasepe (todas filiadas à CUT). Sindicatos de policiais civis e de outras categorias ditas "de estado" vão no sentido oposto, pedindo adesões de deputados a emendas que salvem sua própria pele.

No governo e sua base aliada há dúvidas em "salvar os seus". Há aqueles que querem, na Comissão Especial, listar as carreiras típicas de

estado para aliviar a pressão sobre os deputados e avançar a tramitação do projeto; outros temem que essa mudança desmoralize a PEC e deixe ainda mais claro que ela só serve mesmo para atingir a maioria dos servidores, os que ganham menos e estão concentrados em estados e municípios trabalhando na Saúde e Educação.

PEC da roubalheira

Alguns sindicatos chamam a PEC 32 de "PEC da rachadinha", aludindo ao desvio de salários de pessoal de gabinetes da família Bolsonaro e o fim dos concursos públicos previsto na proposta.

Mas, na verdade, ela tem efeitos muito graves e rentáveis.

As denúncias que levaram ao impeachment do governador Wilson Witzel (PSC-RJ), ex-juiz federal eleito na onda da Lava Jato e do

bolsonarismo, mostram o quanto a implantação das OSs na execução dos serviços de saúde serviu para desviar recursos públicos da ordem de bilhões em plena pandemia.

24 de julho e Fórum das Centrais

As organizações sindicais dos servidores devem aumentar a sua participação nas manifestações pelo fim do governo Bolsonaro, a partir da jornada de 24 de julho. Em 19 de junho sindicatos já foram às ruas com faixas e cartazes "Fora Bolsonaro" e "Abaixo à reforma administrativa".

O Fórum das Centrais prepara uma plenária das três esferas – federal, estadual e municipal – para tirar um manifesto unitário e um Dia Nacional de Greve entre agosto e setembro. É a mobilização que cresce para derrotar a PEC 32 e acabar com o governo Bolsonaro.

Marcelo Carlini

Crime de lesa-pátria, privatização da Eletrobrás

Câmara entrega patrimônio público em prejuízo do povo

Em 21 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou a MP 1031/21 que privatiza a Eletrobrás, com 258 votos a favor e 136 contra, depois de seu trâmite no Senado.

Maior estatal de energia da América Latina, a empresa é responsável por 1/3 da produção elétrica do Brasil. Além da perda do seu controle pela União, que hoje tem 62% das ações, a operação prevê que a empresa comercialize a energia a preços de mercado, sem tarifa regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O preço atual da energia produzida por suas hidrelétricas é de R\$ 65,30/1.000 kWh (preço fixado até dezembro de 2042), enquanto as usinas privadas cobram o valor de

mercado, atualmente acima de R\$ 300,00/1.000 kWh. Ou seja: o lucro líquido dos acionistas que comprem a Eletrobrás será de 16 bilhões de reais por ano e será cobrado dos 75 milhões de consumidores residenciais com altas na conta de luz (cerca de 20%, segundo a ANEEL), que vigorarão pelos próximos 30 anos, tempo de concessão previsto.

Para aprovar a privatização, o governo Bolsonaro fez negociações com deputados, senadores e empresários do setor na base do "toma lá, dá cá". Uma delas é a obrigação de contratação por 20 anos de 8.000 MW de termelétricas. Para beneficiar os donos de usinas térmicas a gás natural, carvão etc, a lei da privatização obriga as distribuidoras de

energia de cada estado a contratar essa energia como "reserva". Além de ser a mais cara do país, ficarão recebendo mesmo com as usinas desligadas! Sem nenhum controle, a energia elétrica – e também parte dos rios e bacias hidrográficas – ficará dominada por empresas privadas, associadas a grupos internacionais, como bancos e fundos especulativos. E o povo a mercê de apagões e tarifas caríssimas!

Lutar pela reversão da privatização

Além do risco de demissão em massa dos trabalhadores da Eletrobrás, o relatório aprovado também prevê que os empregados poderão ser realocados para outras estatais. E ainda autoriza que os demitidos

até um ano depois da privatização tenham o "direito" de converter o valor da rescisão em ações da nova empresa que será criada. Quanto benefício!

Até a conclusão do processo, que deve ser dar no início de 2022, ainda há tempo para lutar pela reversão dessa privatização, não só no campo jurídico. Sindicatos estaduais, junto à Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e ao Coletivo Nacional dos Eletricitários, vêm promovendo mobilizações, assembleias e greves. É preciso ampliar a luta e a unidade para reverter a privatização da Eletrobrás, que está ligada, por certo, à luta pelo fim do governo Bolsonaro.

Tiago Maciel

Rumo à Plenária Nacional da CUT

Sacudir a CUT para que assuma o seu papel é a tarefa

A 16ª Plenária Nacional da CUT (PLENCUT) ocorrerá entre 21 e 24 de outubro, com delegações eleitas nas Plenárias estaduais que se darão entre 31 de julho e 10 de setembro.

Já as assembleias de sindicatos filiados, que elegem delegada/os às Plenárias estaduais, já começaram (4 de junho a 18 de julho). O texto base

da direção nacional, submetido ao debate, é acompanhado por contribuições de algumas das forças que compõem a sua executiva.

Dentre eles está o do agrupamento "Em defesa da CUT Independente e de Luta" (CIL), que em 31 de maio realizou uma plenária virtual com 137 sindicalistas de todo o país para discutir os desafios postos diante da

CUT: romper com a paralisante política do "fique em casa" e dos acordos de cúpula no Fórum das Centrais e mobilizar a sua base nas ruas por Fora Bolsonaro Já! Ainda mais agora, depois das grandes mobilizações de 29 de maio e de 19 de junho em que centenas de milhares de manifestantes ocuparam as ruas de centenas de cidades do país pelo fim imediato

desse governo.

Discussão que está sendo reproduzida e enriquecida em reuniões estaduais. Alguns sindicatos já fizeram assembleias – como o SINTSEF-CE e o Sinpro-ABC – e, dentre seus delegados/as, elegeram companheira/os identificados com a CIL. Mãos à obra!

Julio Turra

19J: Um passo a mais para expulsar o governo genocida de Bolsonaro!

Só o povo salva o povo, nova mobilização nacional será em 24 de julho

Segundo as organizações participantes da Campanha Fora Bolsonaro, em 19 de junho (19J) houve manifestações de rua em mais de 400 cidades do Brasil e do exterior que reuniram mais de 700 mil pessoas exigindo o fim imediato do governo Bolsonaro.

O 19J, portanto, confirma a tendência irreversível de ocupar as ruas, pois, como estampavam as faixas do DAP, "Ninguém aguenta mais! Fora Bolsonaro e seus generais!".

No maior dos atos do 19J, na Avenida Paulista, que teve uma participação mais organizada de sindicatos e movimentos populares que o de 29M, Haddad falou no carro de som que "só o impeachment salva a democracia".

Apesar dos inúmeros crimes de responsabilidade do facínora instalado no Palácio do Planalto, é muito difícil acreditar que o atual Congresso, cúmplice do golpe que abriu caminho a Bolsonaro, votará o seu impeachment. Razão a mais para aumentar as mobilizações de rua pelo fim desse governo, combinando-as com paralisações e abrindo a discussão da greve geral nos sindicatos e na CUT. Abaixo, relatos de nossos correspondentes sobre mobilizações ocorridas no 19J.



Na Bahia cresceu ainda mais

Na "boa terra" houve atos em 40 cidades; Em Salvador o PT tinha uma coluna, como a muito não se via, com carro de som e bandeiras, numa passeata que reuniu mais de 10 mil pessoas. A coluna do DAP distribuiu panfletos e puxou palavras de ordem que pegaram, como o "Ninguém aguenta mais..." e "Sem hipocrisia, Bolsonaro mata mais que a pandemia". Outros atos com presença do DAP ocorreram em Amargosa, Itaberaba, Cruz das Almas, Vitória da Conquista e Feira de Santana (foto), todos maiores ou pelo menos iguais

aos de 29M.

No Ceará aumentou

Em Fortaleza o 19J foi maior que o 29M, houve carreta e um ato que reuniu mais de 10 mil manifestantes. A juventude teve grande presença, bem como a militância petista, ainda que dispersa, com bandeiras levadas espontaneamente. A coluna do DAP marcou presença, atos ocorreram também em Limoeiro, Tabuleiro, Palhano e Russas.

Apesar da chuva, Pernambuco repetiu 29M

Cerca de 10 mil manifestantes ocuparam as ruas do Recife no 19J, apesar das fortes chuvas da véspera. O DAP tomou a palavra no carro de som da CUT, distribuiu mil panfletos aos manifestantes, com muitos petistas presentes, mas dispersos. De novo ocorreu violência da PM, desta vez contra a vereadora Liana do PT.

Alagoas e Paraíba

Em Maceió (AL) cerca de 7 mil pessoas foram às ruas, num ato maior que o anterior, com a CUT ensaiando uma coluna. O DAP esteve presente, puxando palavras de ordem e agregando petistas dispersos. Em Arapiraca, Palmeira dos Índios e Delmiro Gouveia os atos reuniram centenas de pessoas.

Passeata e carreta marcaram o 19J em João Pessoa, com 5 mil pessoas, bem maior e melhor organizado do que o 29M. Houve coluna sindical da CUT, na qual estavam militantes do DAP que distribuíram 300 panfletos.

20 mil manifestantes em Brasília

Na capital federal repetiu-se a dose do 29M, mas com maior participação organizada de sindicatos – o presidente da CUT-DF dirigiu o ato no carro de som – com cerca de 20 mil manifestantes. Colunas do DAP, que distribuiu panfletos, e dos sindicatos em luta contra a reforma administrativa. Nas falas de dois minutos no carro de som, o destaque era "não esperar até 2022" para colocar para fora o governo genocida.

Mato Grosso e Goiás atos maiores que os 29M

Em Goiânia (GO) 3 mil pessoas se manifestaram por Fora Bolsonaro, com presença de coluna do DAP que distribuiu 100 panfletos. Houve atos também em Catalão, Anápolis, Jataí e outras cidades do interior de Goiás. Já em Cuiabá (MT), mais de mil

manifestantes fizeram passeata, com maior presença de petistas e sindicalistas que no 29M. A coluna do DAP distribuiu 100 panfletos.



Nas Minas Gerais, milhares nas ruas

Os atos em Minas foram maiores que os de 29M. Tanto em BH (foto, cerca de 20 mil pessoas), como em cidades como Juiz de Fora (2 mil), Uberlândia (4 mil) e outras menores como Santos Dumont.

A coluna do DAP em Juiz de Fora, com seus pirulitos, ficou perto do carro de som e distribuiu 500 panfletos. Houve atos com a presença do DAP também em Cataguases e Ubá. Em todos eles viu-se que quem estava nas ruas não quer esperar 2022 para tirar Bolsonaro.

No Rio de Janeiro o 19J ampliou

Na sofrida "Cidade Maravilhosa" a manifestação foi bem maior que a

anterior, com carro de som da CUT, mesmo que a participação sindical ainda tenha sido tímida. O PT jogou mais peso dessa vez, tanto na capital como em Volta Redonda. Houve atos

em outras cidades, como Valença. O grito de "Ninguém aguenta mais..." da coluna do DAP e JR em Volta Redonda foi repetido até por comerciantes que vinham à porta das lojas para fazer coro.

Os gaúchos ampliaram a mobilização

No RS o ato em Porto Alegre reuniu mais de 30 mil pessoas, maior que

o anterior e com mais sindicalistas, jovens e povo em geral. Em nenhuma fala se tocou nas eleições de 2022, o clima era de Fora Bolsonaro já! Houve coluna do DAP na capital e também em São Leopoldo e Rio Grande. Em Santa Maria houve ato com mil pessoas e em Caxias foi suspenso pela chuva.

Chuva que prejudicou também os atos no Paraná e Santa Catarina. Em Curitiba num pequeno ato a presidente do PT, Gleisi, falou em "impeachment". Já em Maringá houve um bom ato com gritos de "Fora Bolsonaro" pelas ruas da cidade. Em Florianópolis e Joinville os atos foram suspensos e remarcados para 26 de junho.



Avanço bonapartista

Protegido por militares, de crise em crise, Bolsonaro não espera 2022

Em 17 de junho, em entrevista à revista Veja, o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), general da ativa Luis Mattos, fez ampla defesa do governo, repetiu bordões bolsonaristas de grupos de whatsapp, defendeu as mentiras de Pazuello na CPI, chamou voto contra Lula e ainda ameaçou a oposição por "esticar demais a corda" - "quando vai arrebentar, não sei".

Perguntado sobre o que seria "arrebentar a corda" respondeu sem titubear: "tomar uma medida fora da Constituição".

No dia seguinte, 18 de junho, em ato oficial de entrega de títulos de propriedade rural no Pará, o presidente da CEF, Pedro Guimarães, passou às mãos de Bolsonaro uma camiseta do "Jair" para 2022.

Ciente de que fazia propaganda eleitoral antecipada, proibida por lei e agravada por uso indevido de recursos públicos, Bolsonaro ergueu e exibiu o "presente" para ser filmado e fotografado.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para multar Bolsonaro. O deputado federal Ivan



Luis Mattos, presidente do STM, ameaça a esquerda e apoio às lambanças do governo

Valente (Psol) entrou com representação, também no MPE. E só. Da direção do PT, nada se ouviu ou leu.

Pouco depois, em 22 de junho, o delegado Franco Perazzoni, que investigava o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por facilitação de contrabando de produtos florestais foi retirado de um cargo de chefia. Outro delegado, Alexandre Saraiva, já havia sido removido do seu posto após denunciar Salles ao Supremo Tribunal Federal (STF)

pelo mesmo crime.

Tais mexidas na Polícia Federal são exemplos da política de Bolsonaro que pretende colocar sob seu controle as instituições até conseguir governar abertamente acima delas. É o plano golpista.

Até aqui, a não ser pelo povo nas ruas no "Fora Bolsonaro", não houve reação à altura da oposição. Já do STF e demais instituições não há mesmo o que esperar. Que o digam os 122 pedidos de impeachment engavetados na Câmara.

A corrupção de Bolsonaro

O Superior Tribunal Militar é a mesma instituição que, em 1988, também num mês de junho, ignorou provas materiais e reformou a decisão de um Conselho de Justificação do Exército que havia condenado Bolsonaro por unanimidade (três a zero) pela autoria do plano para detonar bombas em quartéis.

A gravidade da entrevista do atual presidente do STM é comparável ao tuite do general Vilas Boas que, em abril de 2018, na época comandante do Exército, emparedou o STF para

negar um habeas-corpus em favor de Lula, abrindo caminho para sua prisão e posterior exclusão da campanha eleitoral.

Ela vem no mesmo momento em que a Advocacia Geral da União (AGU) pretende que civis sejam julgados pela Justiça Militar no caso de supostas ofensas a militares.

O general Matos disse não existir acusação de corrupção contra Bolsonaro. Sua crença foi logo desmentida por insuspeito deputado bolsonarista que revelou negociatas envolvendo o contrato de compra da vacina Covaxin, pelas mãos de um atravessador de passado duvidoso, e por um preço 1.000% maior que o estimado pela fabricante. E o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni (DEM), vem a público, em coletiva de imprensa onde não se admitia perguntas, ameaçar os denunciantes!

Ainda assim, sem que aumente a pressão das ruas, não pode haver expectativa de que tribunais, CPIs ou outros, por si sós, colocarão fim à escalada bonapartista.

Edison Cardoni

Aonde vai a CPI?

Se é que vai...

A CPI do Senado sobre a pandemia prossegue colhendo depoimentos. Gabinete paralelo, negociações espúrias com empresas que fabricam cloroquina, empresário bilionário fugido, médicos charlatões defendendo o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes - crime é o que não falta, sem falar que o maior dos criminosos, o genocida Bolsonaro, não chegará ao banco

das testemunhas.

A CPI deu notoriedade a fatos quase todos já conhecidos de qualquer pessoa minimamente informada (e com alguma disposição para enxergar a realidade). Mesmo porque o responsável maior pelas mais de 500 mil mortes da pandemia no Brasil não faz segredo de como pensa e age.

Em outras palavras, os limites da

CPI não residem na falta de provas ou evidências. O Senado é composto em grande maioria pelas mesmas forças políticas que dominam a Câmara Federal, onde mais de 100 pedidos de impeachment emboloram porque primeiro Maia e agora Lira não se dignaram a pautá-los.

A presidente Dilma teve seu mandato legítimo fraudulentamente cassado por uma "pedalada". Mas

as forças políticas responsáveis por aquela iniquidade já demonstraram que não querem o mesmo destino para Bolsonaro. Por maiores que sejam os crimes do genocida (e são muitos), é extremamente duvidoso que esta CPI recomende as únicas medidas apropriadas: cassação e cadeia.

Roberto Salomão

Inflação aos pobres dispara e achata salários

Enquanto a mídia e o mercado comemoram uma suposta recuperação do PIB (algo sem fundamento; em boa medida ilusório), trabalhadores sofrem pesado. Isso pode ser notado na maior aceleração da inflação às rendas mais baixas da população do que às mais altas.

Os preços de alimentos subiram muito mais do que os demais (serviços, incluindo salários) nos últimos 12 meses. Isso essencialmente por quatro motivos: **1** a alta do dólar, **2** o boom de preços internacionais de commodities (bens

primário-exportadores, como grãos, alimentos e minérios/petróleo/gás), **3** o desarranjo nas cadeias de oferta (incluindo o abandono do sistema público de regulação de abastecimento) e - agora - **4** a estiagem.

Os alimentos têm um peso relativo muito grande na cesta de consumo de quem é pobre. Quanto mais pobre maior tal peso, já que a renda (ou o salário) é muito baixa, quase não sobra dinheiro para consumir qualquer outra coisa que não seja comida. Assim, a inflação sentida pelo pobre (de 5% a 8% nos últimos

6 meses) tem subido muito mais do que a dos mais ricos (2% a 4,5%).

E essa inflação (medida pelo IPCA, do IBGE), particularmente dos itens mais sentidos pelos pobres, só não subiu mais até agora, porque com tanta gente desempregada, subempregada, informalizada, precarizada e, assim, com renda achatada, o consumo das famílias (a demanda) está muito fraco.

Isso limita a capacidade dos varejistas (lojistas e supermercados) em repassar por completo a alta dos preços no atacado. Entre abril de 2020

e abril de 2021, enquanto os preços agrícolas no atacado (medidos pelo IPA-FGV) tiveram alta de 52,3%, os preços de alimentos no varejo (item alimentos do IPCA) subiram 12,3%. O que significa que ainda tem repasse por vir, mesmo que defasado no tempo.

É um quadro de crescente rebaixamento do valor real do salário, ou seja, (para usar a expressão de Marx) de "redução do salário abaixo de seu valor", "elevando a mais-valia absoluta". Algo intenso como há tempos não se via.

80 anos da Operação Barbarossa: a agressão nazista à URSS

A política de Stálin facilitou a invasão da União Soviética pelas tropas de Hitler



Há oitenta anos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era invadida pelas tropas de Hitler. Na madrugada de 22 de junho de 1941, a Wehrmacht (nome do conjunto das forças armadas da Alemanha nazista) lançou a Operação Barbarossa de invasão da URSS. Sem sequer declarar guerra, as tropas nazistas cruzaram as fronteiras massacrando as desavisadas e parcialmente desmobilizadas defesas do Exército Vermelho.

Nos seis meses seguintes, a URSS viria a perder territórios de enorme importância econômica com uma área equivalente à soma da Alemanha e da França atuais. Somente no ano seguinte, 1942, após novo e mais profundo avanço nazista, é que o Exército Vermelho conseguiu finalmente retomar a iniciativa, reagrupar-se e reorientar-se para iniciar um lento contra-ataque que duraria mais três anos e meio. Todo um período que custou à URSS a vida de quase 10 milhões de seus soldados e 18 milhões de civis. Além desses, mortos em combate, outros 10 milhões de soviéticos pereceriam por motivos indiretamente relacionados à guerra, tais como desnutrição, frio e epidemias.

As divisões alemãs avançaram em velocidade estonteante, com os destacamentos soviéticos fronteiriços proibidos (por ordem de Stálin) de agir preventivamente e com os da retaguarda despreparados, desorientados e apenas parcialmente mobilizados.

A despeito de sua valentia e determinação, as tropas soviéticas enfrentavam enormes dificuldades de coordenação. Com frequência elas perdiam comunicação com seus comandos e acabavam forçadas a

retiradas desordenadas, rendições ou fugas desesperadas.

Em meados de agosto de 1941, as forças nazistas avançaram sobre a periferia de Leningrado (a antiga São Petersburgo, centro da Revolução de 1917) montando ali um cerco a 48 km da cidade, que foi sitiada por mais dois anos e meio.

Em setembro, as forças nazistas penetraram fundo nas linhas defensivas da capital, Moscou, que foram pegas de surpresa. Os alemães cercaram os subúrbios ocidentais da cidade, a menos de 80 km do Kremlin (sede do governo soviético).

O imperialismo contra a Revolução de Outubro

O comando nazista havia preparado a Operação Barbarossa com a meta de aniquilar a URSS e extirpar qualquer vestígio da Revolução Russa de 1917, apagando o seu exemplo para os trabalhadores do mundo e as suas conquistas.

Essa era a missão histórica do nazismo, que havia tomado o poder com o apoio da burguesia alemã, justamente para destruir o forte movimento operário do país e liquidar a ameaça da revolução socialista que rondava a Alemanha desde o final da 1ª Guerra Mundial (1918).

Por motivos similares, a agressão nazista à URSS angariava simpatias (inclusive com doações) entre grandes capitalistas dos EUA e da Europa. O belicismo expansionista de Hitler era também saudado pelo grande capital imperialista alemão, ávido por novas fontes de matérias primas, por mão de obra barata e novos mercados.

O Pacto com Hitler e os expurgos

Foram necessários onze dias, desde

o início da invasão, para que Stálin fizesse seu primeiro pronunciamento à nação. Tendo sofrido uma crise nervosa ao receber a notícia da agressão, ele havia se retirado por uma semana, incomunicável, para uma casa de campo.

Stálin havia apostado todas as suas fichas na crença de que os nazistas não atacariam, ao menos não naquele ano, e respeitariam o Pacto Germano-Soviético de 1939. Não foi apenas um erro de cálculo. Era uma questão de fundo. Ao contrário de Hitler, que via tal Pacto como temporário e descartável, Stálin tinha ilusões em sua longevidade. Sua crença decorria de sua política de capitulação ao imperialismo, sempre orientada pela necessidade de proteger os privilégios da casta burocrática que havia usurpado o poder das mãos da classe trabalhadora soviética.

Para implementar tal política, Stálin expurgou, além de centenas de milhares de dirigentes e militantes comunistas, quase 70% dos oficiais que comandavam o Exército Vermelho. Ele os temia como perigosos rivais. O Estado Maior alemão sabia da fragilidade causada pelos expurgos e a levou muito em conta ao decidir o desenho e os prazos da Operação Barbarossa.

Se no início dos anos de 1930, Stálin e seu Comintern (Internacional Stalinista) ditaram uma orientação ultra-sectária aos partidos comunistas pelo mundo afora - facilitando inclusive a ascensão do nazismo na Alemanha, ao impedir a frente única operária entre os partidos social-democrata e comunista contra Hitler - no período seguinte ele gira uma vez mais e busca alianças com as burguesias imperialistas. Mas Stálin foi mais longe ao assinar, em agosto de 1939,

um Pacto com Hitler, dando a este carta branca para invadir a Polônia, além de fornecer matérias primas e recursos naturais à Alemanha, em troca de uma vaga promessa de não agressão à URSS.

Por isso, mesmo obtendo com vários meses de antecedência inúmeras informações (de seus próprios serviços de inteligência) de que Hitler romperia o Pacto e iniciaria a invasão em junho de 1941, Stálin preferiu acreditar na palavra do nazista. É o que explica que ele tenha rejeitado pedidos insistentes dos generais para enviar destacamentos extras à fronteira; que não tenha aprovado medidas emergenciais de prontidão, nem a preparação de esquemas defensivos e de contra-ataque. Até revides por guardas fronteiriços estavam proibidos, pois quaisquer dessas medidas, pensava Stálin, poderia parecer uma provocação a Hitler e servir de pretexto para que se rompesse o Pacto.

Invasão derrotada pelas massas, apesar de Stálin

Depois de quase um ano de pesadas baixas e recuos, o Exército Vermelho foi capaz de recompor-se e iniciar um lento e doloroso processo que levaria mais três anos para finalmente esmagar a invasão nazista. E só o fez porque foi revigorado com o apoio do povo trabalhador. Mas também porque seus oficiais conseguiram operar com relativa independência de Stálin e seu círculo de burocratas governantes (que foram obrigados, por desespero, até a aceitar a readmissão de parte dos oficiais militares expurgados).

O nazismo acabou sendo derrotado após quatro longos e sangrentos anos pelas massas soviéticas que se agruparam no Exército Vermelho, apesar de

Foi a sua política divisionista ditada ao PC alemão (1930 a 1933) que facilitou a ascensão de Hitler. Foi seu Pacto de subordinação que abriu espaço ao avanço expansionista nazista (1939 a 1942). Foi sua febril paranóia que decapitou e desorientou as defesas soviéticas às vésperas da Operação Barbarossa (1937-41).

Entre 1941 e 1945, as massas soviéticas impediram que a política Stalinista entregasse ao inimigo imperialista a principal conquista dos trabalhadores de todo o mundo que era a própria União Soviética.

Alberto Handfas
(ver artigo completo em otrabalho.org.br)

A questão palestina

Estado de Israel é uma entidade colonial de ocupação e um regime de apartheid

Awad Abdelfattah, co-coordenador da Campanha por um único Estado democrático, fala sobre a questão palestina, diante do levante, sem precedentes do povo palestino, em toda a extensão do território histórico da Palestina, com destaque para o lugar dos jovens. Os contatos entre jovens do interior de Israel, da Cisjordânia e de Gaza também se ampliaram de forma nunca vista.

Difamados e insultados pelos dirigentes árabes e seus serviços, incluindo os da Autoridade Palestina, ignorados pelos proponentes da pseudo-solução dos dois Estados ao redor do mundo, os palestinos do interior, cidadãos israelenses de segunda classe, afirmaram a unidade de todo o seu povo. Abaixo trechos de artigo publicado em um site palestino.

Palestinos lutam pela libertação nacional

A questão palestina é, primeiramente, uma questão de libertação nacional, e não um conflito entre duas partes iguais. Em segundo lugar, Israel é uma entidade colonial de ocupação e um regime de apartheid. Terceiro, o movimento sionista é um movimento colonial e racista europeu e não tem nenhum fundamento histórico ou religioso na Palestina. Existe uma diferença entre judaísmo e sionismo. Quarto, a Palestina é uma unidade geográfica única. Quinto, para o povo palestino é um direito e um dever resistir e



Awad Abdelfattah, co-coordenador da campanha por um só Estado na palestina

lutar pela libertação de sua pátria e pelo retorno dos refugiados.

Esses são os componentes e valores sobre os quais se basearam os contingentes de militantes, bem como as diferentes camadas sociais em todos os lugares onde se encontra o povo palestino.

Oslo⁽¹⁾ baseou-se na destruição desses componentes, valores e princípios, e os substituiu por um dicionário político e ideológico híbrido, liderado por um grupo influente que rapidamente abandonou o passado do movimento nacional e se transformou em uma ampla classe política e econômica, que tira sua principal legitimidade e sua sobrevivência da vinculação ao colonial.

Sob a direção dessa classe, o estado de fragmentação e desintegração políticas se aprofundou, e cada comunidade palestina agora

tem suas próprias preocupações e sua própria agenda, sem um projeto político nacional abrangente. Por sua vez, o projeto de colonização se espalhou sobre toda a Palestina.

Papel da juventude

Apesar da dominação dessa classe corrupta, diversos movimentos ideológicos e populares, esporádicos no tempo e no espaço, e variando em amplitude e número, desenvolveram-se na arena política palestina. Eles sempre confrontaram o colonizador, bem como a política dessa classe política negligente. Com o passar do tempo, esses movimentos se fortaleceram e se expressaram em todos os agrupamentos do povo palestino, no país e no exterior.

Eles agiram rapidamente para coordenar e convergir em um único movimento, sem, no entanto, ficar

preso a um quadro. Esses movimentos foram a expressão da vontade de um povo de se reconectar com a aspiração de uma só Palestina, desafiando a cultura da fragmentação e da derrota.

Esse movimento assumiu o caráter de um processo de reconstrução do projeto nacional palestino (de baixo para cima) e por fora dessas entidades oficiais sem legitimidade, revolucionária ou eleitoral. No centro deste processo, a juventude é a força motriz, especialmente por meio da sua vanguarda mais consciente.

A juventude desempenha um papel fundamental neste processo, sendo a única capaz de manter a vigilância necessária e garantir a renovação das gerações, algo que a classe corrupta não pode assumir, tanto do ponto de vista dos muitos dirigentes das facções palestinas como dos dirigentes membros da coalizão dos partidos árabes, incapazes de perceber ou de compreender esse processo.

Awad Abdelfattah

1) Referência aos Acordos de Oslo (Noruega), assinados em 1993 entre Yitzhak Rabin, primeiro-ministro israelense, e Yasser Arafat, presidente do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sob a liderança de Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos. (Nota de OT)

“America is back”

Biden impõe suas posições no G7 e na Otan, mas situação de crise é mundial

“America is back” (“A América está de volta”). Essa é a palavra de ordem lançada por Joe Biden antes de sua viagem à Europa para as cúpulas do G7 e da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Ele disse: “Nestes tempos de incerteza generalizada, esta viagem tem como objetivo materializar o compromisso renovado da América com nossos aliados e parceiros”.

Nessas duas reuniões, apesar da relutância de alguns governos europeus – cientes da dependência da União Europeia em relação à China – ele impôs que a China (e a Rússia) voltassem a ser denunciadas. Como escreveu o editorialista do jornal “Les Echos” (15/6), “Joe Biden pressionou seus aliados a incluir em seu comunicado final uma crítica formal a Pequim (...). A cruzada de Joe Biden, no entanto, não é mais altruísta do

que a de George Bush há vinte anos. Obviamente, não se trata mais de pôr as mãos no petróleo, mas de evitar que a China se torne uma potência econômica mundial. Os Estados Unidos estão defendendo seus interesses econômicos, nada mais. Infelizmente conhecemos todos os danos causados por essa abordagem maniqueísta do mundo”.

América de volta à escala mundial? Mas que América? E em qual mundo?

A situação não é mais aquela na qual o imperialismo estadunidense dominava hegemonicamente o mundo. Todos os governos e regimes estão em crise, especialmente os governos da União Europeia. A crise do sistema capitalista não para de crescer.

E, diante dos golpes que lhes são dados, os povos e os trabalhadores

se revoltam. Os últimos desenvolvimentos estão aí para prová-lo: a mobilização unificada do povo palestino em todos os territórios históricos da Palestina; o levante revolucionário na Colômbia, com a criação de órgãos de luta e piquetes e comitês de greve.

Mobilização social

Essas questões surgem em escala global e principalmente nos Estados Unidos. Biden foi eleito porque grande parte da população queria destituir Trump.

As eleições foram realizadas logo a seguir às históricas manifestações de negros, jovens brancos, latinos e sindicalistas, após a morte de George Floyd. Mas elas não foram uma repetição dos protestos pelos direitos civis dos anos 1960. Essas mobilizações foram certamente contra

o racismo sistêmico, mas também tiveram um conteúdo social, em uma situação marcada pelas demissões, pela precarização por conta da gestão governamental das medidas “sanitárias”, em nome da luta contra a pandemia.

É significativo que, desde a eleição de Biden, venha se desenvolvendo um movimento de sindicalização, principalmente entre os negros, e várias greves nas empresas por questões de contratos de trabalho. Apesar das aparências, e do apoio que recebe da liderança da central sindical AFL-CIO e de alguns dirigentes da esquerda do Partido Democrata, Biden não tem um governo forte, mas em crise.

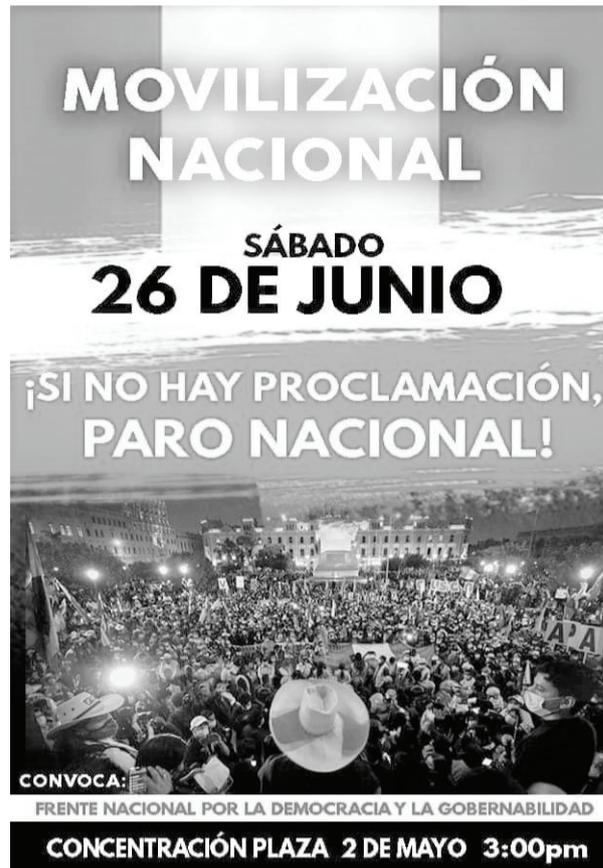
Lucien Gauthier, do “Informations Ouvrières” (“Informações operárias”)

Peru: “Castillo já ganhou, o povo o elegeu!”

Sem proclamação do presidente, “Paro Nacional” em 26 de junho

Em 19 de junho as ruas de Lima, capital do Peru, foram tomadas por uma marcha de manifestantes vindos de todo o país para exigir a proclamação do sindicalista e professor rural Pedro Castillo como presidente. Ela ainda não ocorreu, passadas quase três semanas da eleição, dadas as manobras da direita Keiko Fujimori e da elite que a apóia que querem “melar” o pleito, com sucessivas ações na Justiça. Isso apesar dos 44 mil votos de vantagem de Castillo já computados e reconhecidos pela Justiça Eleitoral.

Caso o novo presidente eleito não seja proclamado até 26 de junho, já se convoca um “Paro Nacional” (paralisação) nesta data. Os militantes que se organizam ao redor do jornal “El Trabajo” participam ativamente da luta pela posse de Castillo e por uma Constituinte Soberana. Abaixo, panfleto desse jornal na preparação da Marcha a Lima ocorrida no dia 19.



“Rechaçar a manobra fujimorista da ‘fraude’, unificar a resistência”

No 2º turno de 6 de junho, a maioria do povo peruano já votou por Pedro Castillo e seu programa de reivindicações, para que ele governe o país e reverta a crise geral (catástrofe sanitária, milhões de desempregados,

fome e corrupção em todos os níveis do Estado) criada por partidos que governaram contra o povo, submetidos aos lucros dos patrões da Confiep (confederação empresarial, NdT), às transnacionais e ao imperialismo dos EUA.

Hoje, os partidos dos empresários

e das transnacionais estão unificados na coalizão fujimorista e desconhecem a vontade popular, agitando a trapaça da ‘fraude’ e utilizando os meios de comunicação para deslegitimar o voto popular e ‘anular o resultado do 2º turno eleitoral’. Eles se sentem donos eternos do Estado e de suas instituições apodrecidas, agitam o ódio contra os trabalhadores e o povo e empurram a uma guerra civil.

Esses partidos são responsáveis pelo genocídio que levou à morte 200 mil peruanos durante a pandemia, pela pilhagem e destruição das empresas públicas, pela ruína do campo e o desemprego nas cidades, pela pobreza, marginalização e atraso do país.

Vamos deixar que os partidos da coalizão fujimorista e suas instituições podres pisoteiem a vontade popular que já elegeu Pedro Castillo e nos roubem o triunfo eleitoral? De nenhum modo! As massas e suas organizações políticas, sindicais, rondes (autodefesa camponesa,

NdT), jovens já estão nas ruas cercando o Jurado Nacional de Eleições exigindo que proclame já Pedro Castillo presidente.

‘El Trabajo’ considera que hoje o centro de gravidade está na auto-organização das massas. É urgente que os comitês de ampla unidade pela vitória de Castillo, Peru Livre, a CGTP (central sindical, NdT), as Assembléias Populares, as organizações de rondes, as frentes de defesa, os coletivos de jovens, as forças políticas e democráticas, constituam um Comando Nacional Unitário que convoque a Marcha a Lima para fazer respeitar a vontade popular.

Acabar com a trapaça de fraude e conquistar a proclamação de Pedro Castillo como presidente do país, bem como convocar uma Assembléia Popular Nacional para ajudar a materializar a Assembléia Constituinte Soberana que rompa com os planos anti-nacionais do FMI e Banco Mundial, recupere o patrimônio nacional, defenda a soberania da nação e resolva as reivindicações adiadas, respaldando o anúncio e compromisso assumidos pelo eleito presidente Pedro Castillo.

Nem um passo atrás!

Lima, 14 de junho de 2021”

Correspondente

Chile: garantir a soberania popular

Deputados eleitos lançam carta por uma Constituinte Soberana

A um mês da instalação da Convenção Constitucional no Chile, 34 constituintes eleitos principalmente pela Lista do Povo – uma das listas de candidaturas independentes que se apresentou nas eleições de 15 e 16 de maio - publicaram uma carta como “Porta-vozes dos Povos da Revolta Popular à Constituinte”. A carta – à qual já se associaram mais de 450 organizações - é uma conclamação ao exercício da soberania popular, portanto sem subordinar-se ao Acordo de Paz (feito em 15/11/2019), uma manobra do governo para conter a revolta que explodiu em outubro de 2019, e assinado pelos partidos. Este Acordo prevê, por exemplo, a obrigatoriedade de 2/3 de votos para que sejam aprovadas propostas na Convenção Constitucional que instala-se em julho. Abaixo trechos da carta.

“Estamos diante de um novo ciclo histórico no Chile. Esta mudança, assim como o processo constituinte que o acompanha,

não o devemos a ninguém mais que à força inevitável e desbordante com que nos levantamos como povos. Depois da volta de torniquete das e dos secundaristas e diante de um governo que se declarava em guerra contra nós e apontava suas armas aos nossos olhos, saímos em cada canto do país e perdemos finalmente o medo.

Há mais de um ano desse acontecimento vamos terminar com a constituição de Pinochet.

Colocamos o pé na porta para entrar aos montes na Convenção e não permitiremos que atrás de nós as portas se fechem. Fomos chamados a fazer efetiva a soberania popular da constituinte, expressa tanto no regulamento como nas normativas que deve ter, sem subordinados a um “Acordo pela Paz” que os povos nunca assinaram. Também o afirmamos em relação a todas as instituições do nosso país, que terá que se submeter finalmente à deliberação popular”. A carta segue, levantando seis exigências.

1. Liberdade: fim à prisão política no Chile, liberando todas e todos presos da “Revolta” e “Mapuche”.

2. Verdade e Justiça: fim dos pactos de segredo e a total impunidade pela violação sistemática dos direitos humanos de ontem e hoje.

3. Reparação: reconhecimento e reparação aos milhares de vítimas de violações aos direitos humanos (...) por um freio à devastação socioambiental, iniciando um caminho para restituir a natureza da que somos parte.

4. Desmilitarização: exigimos o fim da militarização atual que se veste de medida sanitária a um desdobramento exclusivamente autoritário e repressivo, enquanto a pandemia não faz mais que se agravar cada dia.

5. Não + Expulsões: enquanto a crise e a pandemia se intensificam como resultado de sua gestão criminosa, o governo fortaleceu suas políticas de expulsão, perseguição e criminalização de pessoas

migrantes. Exigimos que se suspendam todas as expulsões ilegais que já afetaram dezenas de famílias.

6. Soberania: o poder constituinte originário é um poder plenamente autônomo que se estabelece para reordenar o corpo político de uma sociedade, tendo como limites o respeito aos direitos fundamentais. Como consequência, o processo aberto pelos povos não pode ser limitado à redação de uma nova constituição sob regras inamovíveis, mas sim deve ser expressivo da vontade popular, reafirmando o seu caráter constituinte sustentado na ampla deliberação popular e a mobilização social dentro e fora da Convenção. Nesta mesma linha, rejeitamos a maior urgência colocada sobre o TPP-11 (Acordo Transpacífico, acordo de livre-comércio, NdT) e toda medida que possa tentar limitar de antemão a possibilidade do exercício do poder constituinte neste processo.

Santiago 13 junho 2021

Colômbia: “Exigir renúncia de Duque e antecipar eleições”

Diante da suspensão do “Paro”, a posição da Rede Socialista da Colômbia

Em 15 de junho, o Comando Nacional de Paralisação da Colômbia (CNP) anunciou, através de Francisco Maltés, presidente da Central Unitária de Trabalhadores (CUT), a suspensão das mobilizações que ocorriam todas as quartas-feiras, desde 28 de abril, em todo o país. Maltés convocou para 20 de julho uma concentração diante do Congresso em Bogotá para a entrega de iniciativas e projetos de lei que seriam discutidos em assembleias populares.

Em 16 de junho, a Rede Socialista da Colômbia, que integra o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI), publicou a Declaração Política da qual extraímos os trechos abaixo (com intertítulos da redação):

Rebelião popular contundente

“O povo colombiano foi protagonista da greve geral mais longa e massiva de nossa história, um grande acontecimento, com inéditas, enormes e pacíficas jornadas cotidianas de protesto nas ruas ao longo do país. Durante 45 dias de luta testemunhamos a irrupção da juventude e das mulheres, constituindo a chamada primeira linha que se colocou à frente das mobilizações, não só para defender, com seus escudos artesanais, as multidões rebeldes da brutal repressão das forças armadas estatais e paramilitares, mas também para mostrar ao país e ao mundo que decidiram lutar contra a pobreza, a miséria, o desemprego, a exploração e o não futuro ao qual foi submetido o nosso povo, principalmente os/as jovens, durante décadas de governos oligárquicos, neoliberais e despóticos. Em especial contra os mais de 20 anos do regime genocida e corrupto de Álvaro Uribe Vélez, presidente em corpo alheio do subpresidente Duque, e seus cúmplices, banqueiros, latifundiários, empresários, políticos, militares, paramilitares e máfias narcotraficantes. (...)”

A contundência da rebelião popular obrigou o governo a retroceder em seus propósitos de descarregar o peso e os custos da crise econômica, agravada com a crise sanitária gerada pela Covid-19, sobre a classe trabalhadora, os setores mais pobres da população e as classes médias, e ele foi forçado a desistir do regressivo projeto de reforma tributária, a arquivar o projeto de Lei 010, a declarar que haverá matrícula zero no segundo semestre das Universidades públicas, todas elas conquistas indiscutíveis, que o governo seguramente



tentará voltar a impor maquiados ou com outras roupas. (...)

Papel opaco da oposição eleitoral

Neste cenário de luta de classes, rebeldia popular e democrática nas ruas, a oposição política eleitoral jogou papel bastante opaco. (...) Gustavo Petro, apesar de ser apontado como promotor do ‘paro’, se expressou como suporte do governo Duque, como demonstram os fatos: chamou à desmobilização do movimento de massas mais potente em décadas na Colômbia, com o argumento de que o objetivo da queda da reforma tributária já fora conquistado, capitulou com a proposta de ‘rodear Duque para defendê-lo de Uribe’, culpou os bloqueios de gerar violência, não reconhece que jogaram um papel de fortalecimento do protesto pacífico, quando deveria registrar que a violência foi o recurso das forças armadas do governo e seus pistoleiros paramilitares para desmantelá-los, acusou os jovens de não entender a situação (...).

O traço principal da luta popular nessas sete semanas de genuína rebeldia é o surgimento de uma nova oposição política, que exerceu a gesta democrática, social e popular nas ruas, no protesto social, nos pontos de resistência, na cena cultural, com uma identidade básica de propósitos pelos quais lutaram nesta magnífica rebelião; trata-se de uma nova forma de ação política, de ruptura na prática com os partidos da oligarquia, mas também com os extremismos de esquerda e guerrilheiros, bem como com os populismos de esquerda eleitoral e do chamado centro. (...)

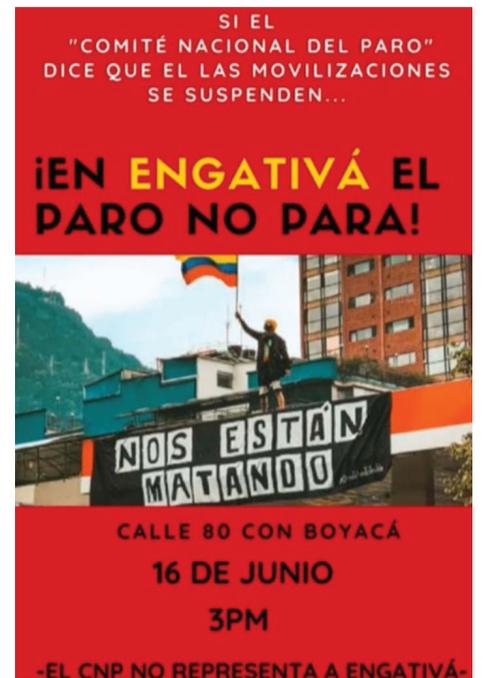
“Duque tchau, tchau, tchau!”

É paradoxal e contraditório que o Comando Nacional de Paralisação não tenha acolhido o que foi mais agitado, gritado e cantado, com

adaptação do hino ‘partigiano’, pelas multidões nas ruas - “Duque tchau, Duque tchau, tchau, tchau” - como clara mensagem de que entendiam que o ‘uribato’ (de Uribe, NdT) e seu governo fazem parte do problema e não da solução, com a consequente exigência da renúncia deste governo incapaz e genocida.

Essa palavra de ordem continua válida e o povo deve agitá-la com maior força, pois a dupla Uribe-Duque é a única responsável da crise, da violência e dos crimes de lesa humanidade (...). Este governo não representa a unidade da nação e, portanto, se deve **exigir a sua renúncia e antecipar as eleições**, eleger um governo provisório e iniciar um processo constituinte. É o que deve ser debatido nas assembleias populares, sindicais, estudantis, de bairros, nos pontos de resistência, enfim, generalizar a deliberação neste sentido.

A decisão de último momento, adotada de forma unilateral pela FECODE (federação de educadores,



NdT) e o Comando Unitário (das quatro centrais sindicais), sem contar com o consenso do CNP, de suspender o ‘paro’, com o eufemismo de ‘mudar de tática’, é sem dúvida um ato divisionista e desmobilizador, injustificável de todo ponto de vista. Essas duas importantes organizações não representam a imensidão do ‘paro’ e em respeito a essa realidade deveriam promover o debate entre todas e todos os atores desta magna rebelião, para avaliar o ânimo da gente e tomar uma decisão coletiva sobre o rumo que deveria tomar a luta. É claramente equivocado promover a desmobilização, para remetê-la a uma hipotética vitória eleitoral em 2022.

Fora com todos!

Resistência, Resistência, Resistência!

A luta continua! “



Assinatura MENSAL	Assinatura SEMESTRAL	Assinatura ANUAL	Assinatura SOLIDÁRIA
R\$10 /mês	R\$60	R\$120	R\$150
<ul style="list-style-type: none"> Pagamento por cartão de crédito Receba em casa pelo correio Acesso irrestrito no site Versão para celular Validade indeterminada¹ 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto Receba em casa pelo correio Acesso irrestrito no site Versão para celular Validade 12 edições² 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto Receba em casa pelo correio Acesso irrestrito no site Versão para celular Validade 24 edições² 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto Receba em casa pelo correio Acesso irrestrito no site Versão para celular Validade 24 edições²